

POLÍTICA FISCAL SOB A ÓTICA TRIBUTÁRIA: CORRENTES IDEOLÓGICAS E O CENÁRIO BRASILEIRO

Camila Bolfe¹ - UDESC

camilabolfe@bol.com.br

Prof. Daniel Augusto de Souza, Dr.² - UDESC

daniel.desouza@uol.com.br

RESUMO

A discussão relativa à política fiscal com destaque para a questão tributária, matéria deste artigo, tem papel relevante na condução econômica brasileira. Este estudo procura evidenciar dados tributários do país à luz dos questionamentos levantados pelos autores selecionados. Os resultados obtidos revelam que a carga tributária brasileira cresce com maior ímpeto que a renda dos trabalhadores. Por outro lado, visualizam-se melhoras futuras na defasagem existente entre os crescimentos da renda e da tributação. Para chegar às análises apresentadas neste artigo foi realizada revisão bibliográfica sobre as questões expostas e também estudo empírico preliminar com dados de séries históricas macroeconômicas retiradas de sites de institutos de pesquisa reconhecidos.

PALAVRAS-CHAVE: política fiscal, tributação, carga tributária.

ABSTRACT

The discussion related to fiscal policy highlighting taxation, theme of this article, has a relevant function in Brazilian economy conduction. This study tries to present taxation data of the country based on selected authors' opinions. The results acquired revealed that Brazilian tax burden grows more than workers' income. In the other hand, there are good perspectives about this discrepancies decrease. To achieve the analysis results exposed in this article, it has been made bibliography review and also preliminary empirical studies with macroeconomic historic series data from acknowledged research institutes sites.

KEYWORDS: fiscal policy, tax, tax burden.

1. INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica da sétima fase do curso de Ciências Econômicas da UDESC e da quinta fase do curso de Ciências Contábeis da UFSC.

² Centro de Ciências Socioeconômias – Departamento de Ciências Econômicas.

Dentre os objetivos de um governo, a busca e a manutenção da estabilidade econômica são importantes focos das políticas a serem implementadas. Um dos instrumentos macroeconômicos de ajuste dos níveis de atividade e de preços é a política fiscal a qual pode atuar de forma contracionista (por meio da diminuição dos gastos ou aumento da tributação) ou de forma expansionista (aumentando gastos ou diminuindo tributação). A política fiscal possui várias facetas: a dos gastos do governo; a das transferências; e a da tributação. Essa última será descrita e analisada com mais ênfase ao longo desse trabalho.

O objetivo do estudo aqui desenvolvido é compreender o aspecto tributário da política fiscal nos últimos 13 anos. O ponto principal de análise é estrutura da carga tributária brasileira e algumas questões econômicas ligadas a ela. Para tal, utilizaram-se dados de séries históricas constantes no acervo digital do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, bem como uma seleção de discussões ideológicas a respeito de tributação presentes na literatura.

Pelo vasto material acerca do tema e pelas inúmeras implicações das diversas conduções possíveis da política fiscal, deixaram-se de fora da análise aqui presente, alguns aspectos importantes da política fiscal e tributária. Quanto às conclusões dos autores utilizados também ocorrem divergências de pensamentos, afinal, efeitos de políticas econômicas são de difícil previsão.

Esse estudo está subdividido em quatro seções, além dessa introdução. Primeiramente, faz-se uma retrospectiva de parte da teoria macroeconômica referente à política fiscal. Já a seção seguinte, permite uma visão nacional da questão tributária da política fiscal. Na terceira seção, utilizam-se dados estatísticos da economia brasileira, em um período de 1997 até meados de 2010, para que se possa visualizar a recente situação tributária brasileira. Por fim, encontram-se as conclusões alcançadas com esse trabalho.

2. POLÍTICA FISCAL: TEORIAS E CORRENTES IDEOLÓGICAS

Em se tratando do setor público, identificam-se três funções principais: alocativa; distributiva; e estabilizadora, sendo esta última muito claramente relacionada com a política fiscal (GREMAUD, p. 176, 2009). Em consonância com a idéia da não neutralidade da moeda desenvolvida por Keynes, a política fiscal seria necessária para incrementar a demanda agregada e influenciar as expectativas de firmas e de consumidores favorecendo a redução da incerteza (CARVALHO *apud* GARCIA E CASAGRANDE, p. 274, 2009).

Existem divergências ideológicas em várias esferas do pensamento econômico. Em relação à tributação essas opiniões diversas também existem. Um exemplo disso é a discordância entre clássicos e keynesianos. Assim como os economistas clássicos estão propensos a aceitar a hipótese de equivalência ricardiana; por outro lado, economistas com visão keynesiana tendem a acreditar que diminuição dos impostos incentiva o consumo (BERNAKE, 2008).

Sendo a tributação um dos fatores de relevância na política fiscal; e perante a possibilidade de explorar as facetas da questão tributária, é que esse trabalho toma forma. A consulta à parte da teoria já publicada e a alguns dados reais da economia brasileira embasam as análises aqui expressas no decorrer do estudo. Objetiva-se assim, traçar um paralelo entre os pensamentos econômico-tributários e a situação da tributação no país.

Assim sendo, no estudo macroeconômico encontra-se o arcabouço teórico necessário para o entendimento do funcionamento da Política Fiscal, esse mecanismo de controle econômico do Estado. Com a Política Fiscal, o governo pode alterar a demanda agregada pelo aumento ou diminuição dos gastos públicos, da tributação e das transferências estatais.

Esse instrumento governamental auxilia sensivelmente a concretização dos objetivos fundamentais da macroeconomia: manutenção do emprego; crescimento econômico; controle da inflação; e, distribuição de renda. Sendo assim, os formuladores de políticas econômicas e os economistas empenham-se continuamente na difícil missão de encontrar a fórmula exata para o equilíbrio econômico.

O modelo IS – LM, o qual mostra combinações de equilíbrio nos mercados financeiro e de bens, é uma ferramenta base, apesar de simplificada, para o entendimento dos efeitos das diferentes políticas fiscais sobre o produto da economia. Analisando puramente os deslocamentos da Curva IS e suas implicações econômicas, do ponto de vista keynesiano, chega-se às seguintes conclusões.

No curto prazo, supondo que a economia esteja em equilíbrio, uma política fiscal expansionista (aumento de Gasto ou diminuição de Tributação) gera aumento do produto e da taxa de juros sendo que o investimento pode aumentar ou diminuir, dependendo de sua sensibilidade às variações mencionadas. (BLANCHARD, 2007). Sendo o investimento mais vulnerável ao acréscimo da demanda agregada, esse aumentará. Porém, sendo mais fortemente ligado às variações na taxa de juros, esse tende a decair.

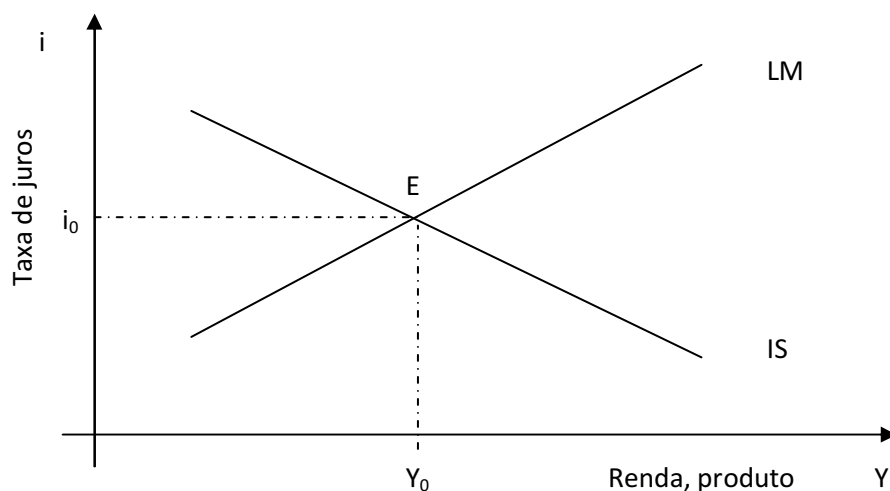
O aumento do déficit, no médio prazo, não modifica o produto, apenas modifica a composição dos gastos diminuindo investimento e aumentando a taxa de juros.

(BLANCHARD, 2007). Nesse período é que ocorre o processo de ajustamento, ou seja, o caminho de volta ao produto natural. O aumento da renda gerada pela política fiscal expansionista leva a um aumento na demanda por moeda que, por sua vez, é controlada por um aumento na taxa de juros (DORNBUSCH E FISHER, 1991).

Já no longo prazo, considerando os efeitos sobre a acumulação de capitais, essa política fiscal expansionista faz com que tanto o Investimento como o produto diminuam. (BLANCHARD, 2007). Como no longo prazo o nível de produto de uma economia depende do estoque de capital, se o investimento for menor, o estoque de capital também o será; e consequentemente o produto também será menor.

Os efeitos das alterações de políticas fiscais nos agregados macroeconômicos, acima comentados, podem ser observados simplificadaamente partindo-se do gráfico apresentado na Figura 1. Esse gráfico representa o equilíbrio entre o mercado de bens (IS) e o mercado monetário (LM). Partindo-se dessa situação de equilíbrio, podem-se deslocar as curvas e, assim, analisar os efeitos desses deslocamentos no produto e na taxa de juros da economia.

Figura 1 – Curva IS/LM



Fonte: DORNBUSCH e FISCHER, p. 154, 1991.

Apesar das conclusões teóricas advindas da análise das interações das curvas IS e LM, a economia real não é tão previsível. Outros fatores influenciam na evolução da economia frente aos ajustes fiscais. Há as reações da sociedade perante as mudanças econômicas, o que é conhecido por expectativas racionais; há a interação da política fiscal com a política monetária; e também existem os pensadores clássicos que não acreditam que expansão fiscal aumente o produto, esta, apenas modifica os preços (DORNBUSCH E FISHER, 1991).

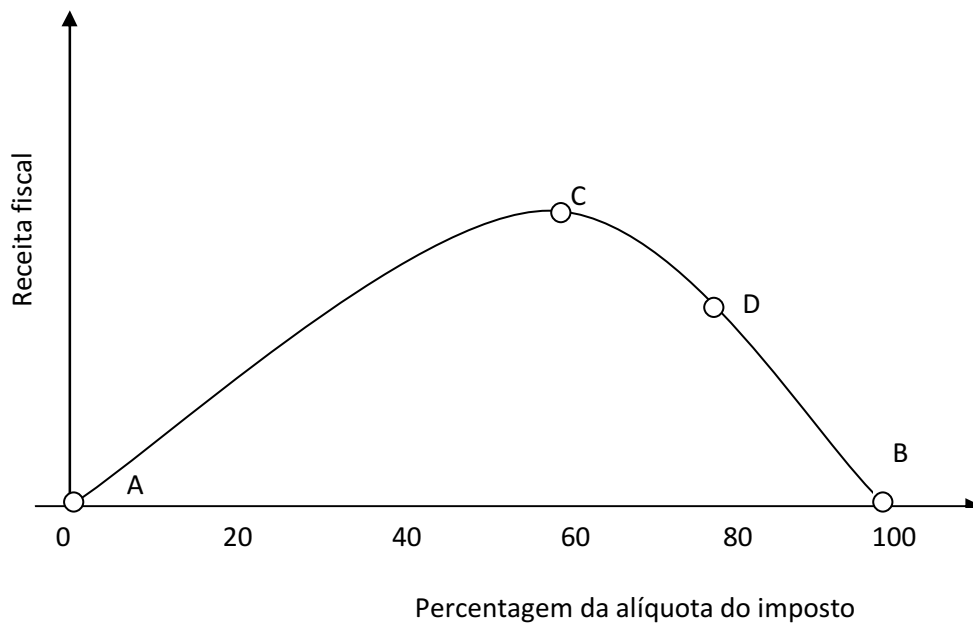
A política monetária atua controlando a oferta de moeda no país, conseqüentemente, influencia a taxa de juros. Esta modalidade de política é fortemente relacionada com a política fiscal. Por exemplo, quando o governo resolve financiar a dívida pública emitindo títulos ao invés de aumentar a tributação, o Banco Central passa a operar no mercado aberto comprando títulos para que a taxa de juros não se eleve.

Levando em conta a questão orçamentária do governo (financiamento do déficit e da dívida), David Ricardo postulou que “nem os déficits nem a dívida têm um efeito sobre a atividade econômica” (BLANCHARD, 2007, p. 530). Atribui-se a essa afirmação a designação de “equivalência ricardiana” que mais tarde foi aprimorada por Robert Barro e ganhou o nome de “proposição de Ricardo-Barro”.

Os autores acima citados argumentavam que, “se um governo financiar uma dada trajetória de gastos por meio de déficits, a poupança privada aumentará proporcionalmente com a diminuição da poupança pública, deixando a poupança total inalterada” (BLANCHARD, 2007, p.531). A maior crítica a essa afirmação é que a população, frente a uma redução de impostos, não se preocupa com os aumentos futuros desses mesmos impostos ou não sabe quando isso acontecerá de fato. Assim sendo, as pessoas manterão o nível de poupança, não contrabalançando a redução da poupança pública.

Outra ótica de influência econômica das políticas fiscais está relacionada com a questão tributária. Alguns economistas que analisam o lado da oferta, como Feldstein e Laffer, acreditavam que haviam distorções de incentivos ligadas à tributação nos EUA nos anos 70, ou seja, existiam impostos que atingiram uma alíquota tão elevada a qual desestimulava a atividade econômica (KRUGMAN, 1997). Essa proposição pode ser visualizada no gráfico da Figura 2.

Figura 2 – Curva de Laffer



Fonte: DORNBUSH e FISCHER, 1991, P. 706

A Figura 2 mostra “a relação ambígua existente entre aumentos de alíquotas e aumentos de receita” (GIAMBIAGI E ALÉM, 2008, p. 21). A idéia central dessa construção teórica é que: com alíquota tributária igual a zero, a arrecadação será nula; e se a alíquota for de 100% também haverá arrecadação nula porque ninguém trabalharia se o governo ficasse com todo o rendimento (GIAMBIAGI E ALEM, 2008). Surge aí o conceito de uma alíquota ótima com a qual o governo pudesse arrecadar o máximo possível sem distorcer os incentivos.

Outros economistas também dissertaram a respeito das implicações econômicas da tributação, dentre eles, Batista Jr (2000), que se preocupa com o círculo vicioso entre aumento de alíquotas e evasão fiscal:

Na prática, o aumento da carga fiscal e a evasão se alimentam reciprocamente. A multiplicação de impostos e contribuições, o aumento das suas alíquotas ou das suas bases de incidência tendem a gerar uma reação defensiva dos agentes econômicos, que, especialmente em períodos de retração econômica, fazem o possível para escapar da tributação. O Estado, por sua vez, responde com novos aumentos da carga legal de tributos, induzindo os contribuintes a redobrar seus esforços em matéria de evasão. (BATISTA JR, 2000, p.188)

Friedman, por outro lado, entendia que a Política Fiscal só possuía influência significativa na economia quando era capaz de alterar o comportamento da moeda. Ele ressaltava que “para

ter um impacto significativo sobre a economia, um aumento nos impostos deve de alguma forma afetar a política monetária – a quantidade de moeda e sua taxa de juros” (FRIEDMAN *apud* DORNBUSH e FISCHER, 1991, p. 796).

Mesmo assim, o autor supracitado não deixa de explicitar que “o nível de impostos é importante – porque ele afeta os recursos que usamos através do governo e os que usamos como pessoas” (FRIEDMAN *apud* DORNBUSH e FISCHER, 1991, p. 796). A Política Fiscal sob sua ótica tributária será desenvolvida com maior atenção na sequência, sendo este o foco central do trabalho, visualizando-se a realidade tributária brasileira com suas benesses e fraquezas.

3. POLÍTICA FISCAL NO BRASIL E SUA FACETA TRIBUTÁRIA

Tomando como ponto de partida a década de 1980 e, desconsiderando os diagnósticos e medidas, tanto de cunho ortodoxo quanto heterodoxo dos governos, pode-se constatar que a política fiscal brasileira oscila entre medidas contracionistas, de restrição de demanda; e expansionistas, de incentivo à demanda. Essa maleabilidade da política fiscal, como já mencionada, é necessária para que os objetivos macroeconômicos de emprego, crescimento, estabilidade de preços sejam alcançados; e, também, para que as flutuações econômicas capitalistas (representadas muitas vezes por choques de oferta advindos do exterior) não afetem com tanto ímpeto a estabilidade do país.

Uma das facetas da política fiscal é a política tributária, que permite a arrecadação de recursos financeiros pelo governo para custear a manutenção do aparato Estatal e o fornecimento de bens e serviços de necessidade coletiva. Outra função da tributação é o controle da demanda agregada com a imposição de alíquotas diferenciadas para os diversos bens e serviços existentes no mercado.

Analisando a carga tributária no Brasil percebe-se que esta vem apresentando um crescimento contínuo desde o início dos anos 1950 até 2009, ano que mostrou uma queda. A média da carga tributária brasileira dos últimos anos da década de 1940 representava 14,1% do PIB. Já nos anos de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990 a carga média de cada década subia, respectivamente, para 16,1%, 19,1%, 25,4%, 24,8%, 27,9%. (BATISTA JR, 2000)

A evolução positiva na carga tributária permaneceu presente nos anos 2000, alcançando o patamar mais alto, de 35,16% do PIB, no ano de 2008. Em 2009, contrariando essa tendência crescente, a carga tributária recuou levemente, chegando a 35,02%. (dados do

IBPT *apud* AMARAL *et al*, 2010). Alguns autores, como Gremaud (2000) consideram essa carga tributária brasileira muito elevada e entendem que o sistema tributário nacional é de baixa qualidade.

Como exemplo de distorção do sistema tributário nacional Gremaud (2000) ressalta que comparando a carga tributária, como percentual da renda familiar, nos anos de 1996 e de 2004, o menor aumento percentual na carga tributária foi para as famílias com rendimento maior que 30 salários mínimos (8,4 pontos percentuais). O maior aumento ocorreu justamente para a classe menos favorecida, que possuía rendimento de até 2 salários mínimos (20 pontos percentuais).

Já para Batista Jr (2000), um dos maiores problemas do Brasil está além do tamanho da carga tributária e do número de impostos existentes. Segundo ele, um grande problema do país é a falta de fiscalização. “O crescimento da arrecadação pode resultar da cobrança mais rigorosa dos impostos e contribuições existentes ou do aperfeiçoamento da legislação para suprimir brechas que facilitam a evasão fiscal” (BATISTA JR, 2000, p.212-213).

O autor acima mencionado também enfatiza a importância do controle dos gastos do governo para o ajustamento das contas públicas, “eliminando ou reduzindo programas de menor benefício social e melhorando a qualidade e a eficácia do gasto público”. (BATISTA JR, 2000, p. 218). Ressalta-se que o controle dos gastos teve um grande incentivo com a aprovação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) no ano de 2000; porém, ainda há um longo percurso a trilhar até o completo controle fiscal de todas as esferas da administração pública.

A questão de evasão fiscal remete ao *tax-gap* que ocorre entre a receita que deveria ser arrecadada e a que efetivamente é. Percebe-se que “a existência de evasão fiscal é amplamente disseminada, particularmente, nos países em desenvolvimento, onde tanto a eficiência da coleta de impostos como os mecanismos de imposição tributária são precários”. (ALM *et al*, 1991 *apud* SANTOS, 2008, p. 78).

É importante perceber que: “um outro conceito relacionado à perda de arrecadação é o da elisão fiscal (ou economia de imposto), pela qual os indivíduos reduzem seu próprio imposto de uma maneira que não era desejada pelos legisladores, mas que não foi expressamente prevista e proibida pela lei.” (SIQUEIRA e RAMOS, 2005, p.04). Segundo pesquisa realizada pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), em 2008

aproximadamente 26,84% das empresas brasileiras (de um universo de 9.925 empresas pesquisadas) possuíam fortes indícios de sonegação (AMARAL *et al*, 2009).

Outra discussão que se trava no cenário brasileiro diz respeito às substituições que podem ser feitas entre penalizar mais alguma atividade ou grupo de indivíduos. Nesse sentido, Cavalcanti (2008) realizou pesquisa sobre resultados quantitativos para a economia brasileira de uma substituição de contribuição social sobre a folha de salários por outros tributos que incidissem sobre a receita.

Os resultados auferidos com a pesquisa supracitada mostraram que esse tipo de substituição penaliza o estoque de capital por trabalhador (investimento); o produto por trabalhador; e o consumo anual, todos de longo prazo. Ainda, segundo essa pesquisa, a única benesse adquirida com a substituição seria um incremento no nível de emprego de longo prazo (CAVALCANTI, 2008).

4. ANÁLISE DE DADOS

Com o intuito de desmistificar parte da questão tributária e entender as implicações econômicas desta, coletaram-se dados macroeconômicos para realização de análise. A partir dessa análise, pretendeu-se avaliar algumas consequências da política fiscal no Brasil e compreender a situação atual da tributação no país. A partir de dados que constam no site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), realizou-se análise estatística, combinando séries de dados, para perceber correlações e taxas de crescimento. Com esses resultados foi possível arriscar algumas inferências descritas adiante.

Comparando-se, na Tabela 1, o crescimento médio mensal do salário de empregados do setor privado, público e dos trabalhadores por conta própria; percebe-se que, nos últimos oito anos, o maior crescimento ocorreu nos rendimentos do setor público (0,184% ao mês). Esse aumento na folha de pagamento dos servidores públicos coincidiu com o aumento da arrecadação federal, que subiu em média 0,932% ao mês, e se mostrou mais fortemente correlacionada com mencionada arrecadação (75,41%).

Tabela 1 – Arrecadação x Rendimentos

Comparativo: arrecadação x rendimentos (mar/2002 – jun/2010)			
	Crescimento acumulado**	Crescimento médio mensal	Correlação com a arrecadação federal
Arrecadação receitas federais***	250%	0,932%	
Rendimento trabalhadores por conta própria*	94%	-0,062%	42,20%
Rendimento empregados setor privado*	104%	0,034%	53,67%
Rendimento empregados setor público*	120%	0,184%	75,41%

*rendimento médio real habitual

**acumulado entre mar/2002 e jun/2010

***arrecadação federal deflacionada pelo IPC/FGV

Fonte: IPEAdata / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME) e Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal (Min. Fazenda/SRF).

Pode-se inferir, ao analisar os dados da Tabela 1, que boa parte do aumento da arrecadação destinou-se a suprir as despesas correntes do governo, com pessoal e encargos mais especificamente, e que o crescimento dos rendimentos dos empregados do setor privado e dos trabalhadores por conta própria não aumentou na mesma magnitude que o aumento da

arrecadação. Assim sendo, entende-se que o desenvolvimento social pode não ter acompanhado o aumento da carga tributária no país.

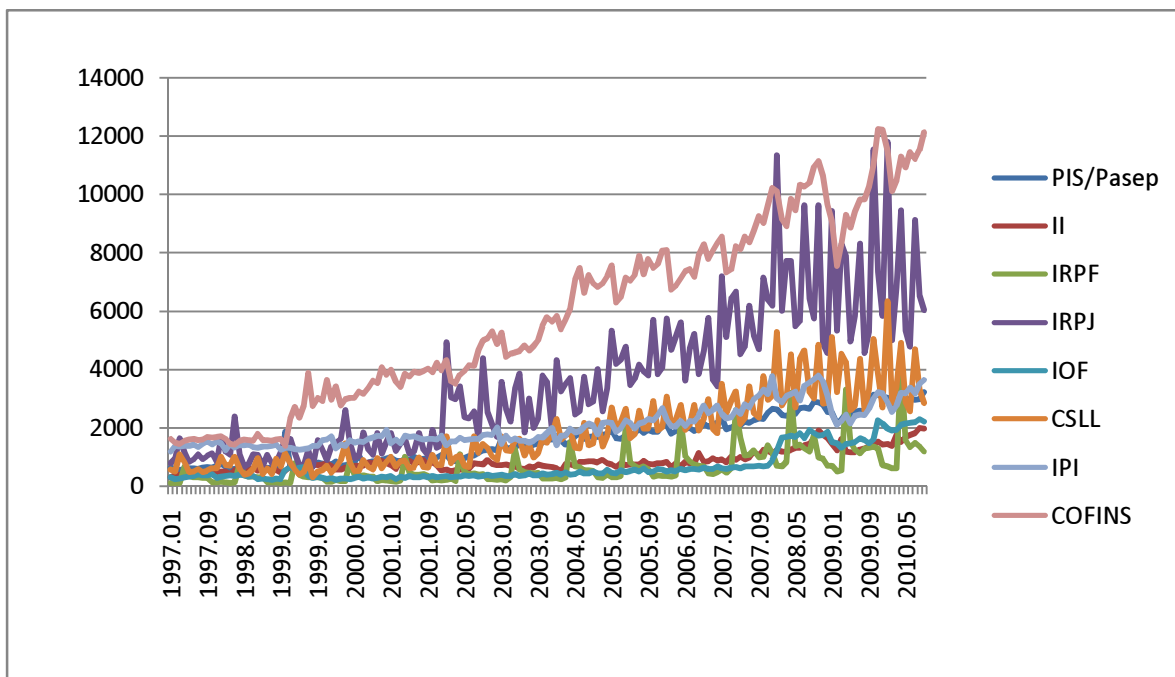
Analisando a arrecadação dos principais impostos e contribuições federais, na Figura 3, é possível entender a composição da arrecadação total do governo federal. Para essa análise foram utilizados dados do IPEA sobre arrecadação dos seguintes tributos: PIS/Pasep; Imposto de Importação (II); Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e Contribuição Fim Social (COFINS).

Os impostos considerados nessa análise seguiram alguns critérios de escolha. Foram selecionados apenas impostos e contribuições de competência federal para que fosse possível uma comparação mais precisa com a arrecadação federal. Foram excluídas do estudo as taxas e as contribuições de melhoria por serem vinculadas a alguma contrapartida do Estado.

Também não foram considerados o Imposto Territorial Rural (ITR) pela grande oscilação em sua série histórica e diminuto vulto; o Imposto de Exportação (IE) por não ter sido encontrado nas bases de dados pesquisadas; e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE – combustível), pela sua curta série histórica que inicia no ano de 2002.

Para entender essa composição da arrecadação federal coletaram-se dados das séries históricas de arrecadação mensal de cada um dos tributos escolhidos em um período de janeiro de 1997 até setembro de 2010. Posteriormente, compararam-se esses dados com o total da arrecadação federal para visualizar a composição dessa receita tributária.

Figura 3 – Composição arrecadação tributária federal (em R\$ milhões)



Fonte: IPEAdata / Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal (Min. Fazenda/SRF)

Ao focar os últimos oito anos (2000-2010), percebe-se que os impostos que mais contribuem em montante para a receita tributária da União são a COFINS e o IRPJ. Já os impostos menos vultosos, nesse mesmo período de tempo, são o IRPF, o IOF e o II. Entende-se, com isso, que pequenas alterações nas alíquotas ou na base de incidência da COFINS e do IRPJ podem alterar significativamente a receita governamental, e, portanto, não seriam alvos principais de política fiscal expansionista no sentido de diminuição da tributação.

As conclusões dessa análise conferem como que já foi publicado a respeito. Em outros estudos semelhantes, como o de Pohlmann e Iudícibus (2006) quando discriminaram a arrecadação tributária brasileira de 2004, perceberam que os impostos com maior participação percentual na receita eram: ICMS (21,8%); Imposto de Renda (17,39%); Contribuição para Previdência Social (14,78%); e COFINS (12,23%). Pontuaram também que os tributos de competência federal de menor participação na arrecadação foram: impostos sobre o comércio exterior (1,45%) e IOF (0,82%).

No tocante à carga tributária brasileira, tida como elevada por muitos autores, optou-se por analisar a carga tributária *per capita* no país e compará-la com a renda brasileira. Os dados coletados nesse sentido, após cálculos da autora, resultaram na Tabela 2 e no gráfico da

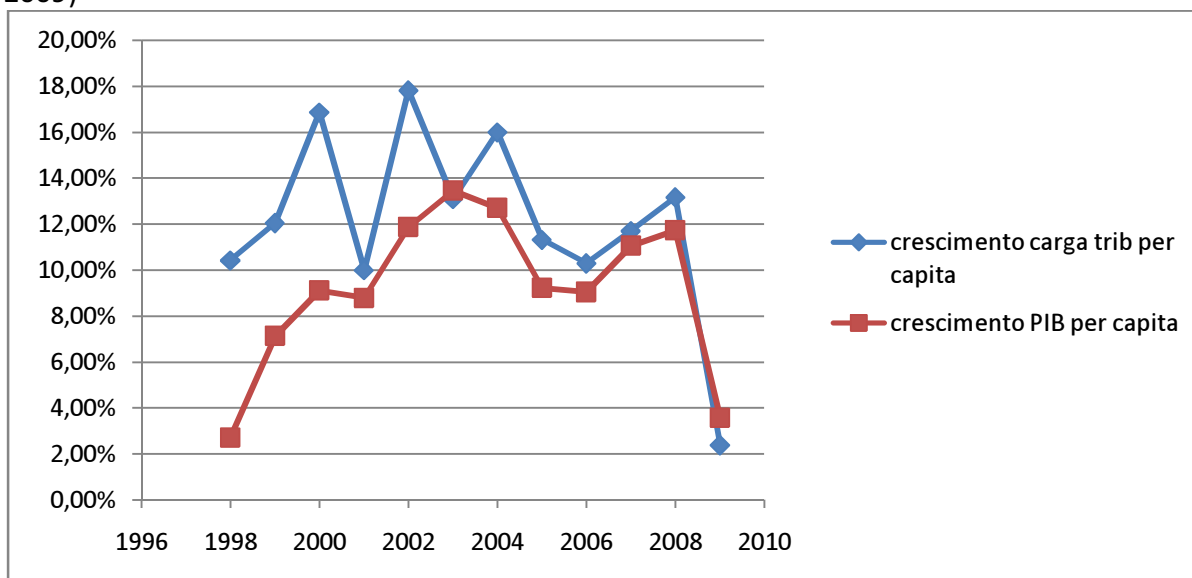
Figura 4. Tabela 2 – Carga tributária *per capita* brasileira

CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA (1997-2009)		
Período	Carga tributária (% PIB)*	Carga tributária <i>per capita</i> (R\$)**
1997	25,47%	1.460,44
1998	27,38%	1.612,71
1999	28,63%	1.807,03
2000	30,67%	2.111,73
2001	31,01%	2.322,93
2002	32,65%	2.736,66
2003	32,54%	3.094,87
2004	33,49%	3.589,83
2005	34,13%	3.996,34
2006	34,52%	4.407,85
2007	34,69%	4.923,87
2008	35,16%	5.572,67
2009	35,02%	5.706,45

* Fonte: IBPT

** cálculo da autora a partir de dados do IPEAdata (dividiu-se o PIB pelo PIB per capita para encontrar a população de cada ano / multiplicou-se o PIB pelo percentual de carga tributária fornecido pelo IBPT para cada ano / dividiu-se a arrecadação total encontrada pela população encontrada)

Figura 4 – Crescimento carga tributária per capita x crescimento PIB per capita (1997-2009)



Fonte: cálculos da autora baseados em dados do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) e IPEAdata / IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Comparando os dados obtidos nesse estudo e apresentados da Tabela 2 para os anos de 1997 e 2009, percebe-se que a carga tributária brasileira *per capita* de 2009 (R\$ 5706,75)

representa um acréscimo de aproximadamente 291% sobre a carga de 1997 (R\$ 1460,44). Partindo dessa análise, entende-se que a cada sete anos, aproximadamente, há a possibilidade de duplicação da carga tributária per capita do Brasil. Confirmando assim que o avanço da carga tributária no Brasil é elevado.

Ao analisar os dados do gráfico da Figura 4, o crescimento do PIB per capita e da carga tributária per capita percebe-se que na maior parte do tempo, dos últimos 12 anos, a carga tributária per capita apresentou um crescimento maior do que o crescimento da renda brasileira. Apenas do ano de 2002 para 2003 é que o crescimento do PIB per capita foi maior que o crescimento da carga tributária.

Por outro lado, outra questão passível de análise a partir do gráfico é que, nos últimos cinco anos, essa lacuna entre o crescimento da carga tributária per capita e do PIB per capita vem diminuindo. Sendo assim, existe a possibilidade de estar havendo uma convergência entre renda e tributação e, assim, entende-se que as políticas fiscais tributárias podem estar sendo mais assertivas na busca de atender à função distributiva do governo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve a pretensão analisar uma pequena parte da situação tributária do Brasil à luz do pensamento macroeconômico de um conjunto de autores. Consideraram-se questões como: evolução da carga tributária; escassez de fiscalização na arrecadação de tributos; evasão fiscal; substituição de pesos entre tipos diferentes de impostos. Sendo que toda essa problemática teve sua base de análise em opiniões de teóricos e pesquisas.

Autores, assim como Gremaud, consideram a carga tributária brasileira muito elevada. Em contrapartida, existem autores que apontam o número de impostos existentes como um grande problema do sistema tributário brasileiro. Outros ainda, como Alm *et al*, compreendem que a eficiência da coleta de impostos é uma questão relevante nos problemas da política fiscal.

Isto posto, percebe-se que existem divergências em relação ao fator preponderante de falha nas políticas fiscais tributárias brasileiras e dos países em desenvolvimento em geral. Sendo este um campo vasto de estudos, entende-se que foram apontados, no estudo aqui desenvolvido, os principais pensamentos a esse respeito e os principais desafios da futura condução de políticas fiscais.

Os resultados alcançados na análise quantitativa foram superficiais considerando-se o vasto horizonte da pesquisa em política fiscal sob o aspecto tributário. Outra dificuldade em processos de construção de conhecimento baseado em dados de séries históricas é a falta de cultura de registro estatístico no país. Esse problema visualiza-se em séries históricas descontinuadas ou inexistentes e acesso restrito a informações de relevância para a pesquisa. Porém, podem-se fazer algumas inferências partindo-se desse estudo preliminar.

Percebe-se, a partir das análises realizadas, que as maiores participações percentuais na receita tributária estão relacionadas com a atividade empresarial (IRPJ e COFINS). Deduz-se, a partir daí que o sistema tributário brasileiro tem seu foco nas pessoas jurídicas e seus rendimentos. Isso leva a crer que as políticas de fiscalização e cobrança da efetiva arrecadação deveriam estar voltadas com mais força para esse setor econômico.

Outra conclusão extraída desse estudo diz respeito ao crescimento da arrecadação contrastando com o crescimento do rendimento dos trabalhadores. Enquanto a arrecadação de tributos federais cresceu aproximadamente 250% entre os anos de 1997 e meados de 2010, o rendimento dos trabalhadores cresceu próximo de 100% no mesmo período. Esses dados mostram que a arrecadação está crescendo mais rapidamente que o salário das pessoas; e projetando isso para longo prazo, pode-se gerar uma distorção de incentivos aos trabalhadores dificultando o progresso do Produto Agregado da economia.

Por outro lado, visualizou-se uma convergência entre crescimento de tributação e de renda nos últimos cinco anos. Isso pode sinalizar uma tendência de melhora nos indicadores de qualidade de vida no momento em que esses percentuais de crescimento possam se inverter, e o crescimento do PIB per capita venha, hipoteticamente, a ultrapassar o crescimento da carga tributária.

Por fim, entende-se que os resultados obtidos são restritos aos dados encontrados e às visões econômicas citadas. Outras análises, com maior rigor estatístico e com maior volume de dados, alcançariam produtos mais acurados e abrangentes. Mesmo assim, compreende-se que o trabalho obteve êxito em explicar parte da tributação do país; e conseguiu afirmar a importância do estudo das políticas fiscais para as pesquisas econômicas.

6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AMARAL, G. L. do. *et al.* **Carga Tributária Brasileira 2009 e Revisão dos Períodos Anteriores.** IBPT, 2010. Disponível em: <http://www.ibpt.org.br/home/publicacao.list.php?publicacaotipo_id=2>. Acesso em: 24 nov. 2010, 01h e 37min.

- BATISTA Jr, P. N. **A economia como ela é...** 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BERNAKE, B. S.; ABEL, A. B. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CAVALCANTI, T. V. Tributos sobre a Folha ou sobre o Faturamento? Efeitos quantitativos para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia** Rio de Janeiro v. 62 n. 3 / p. 249–261 Jul-Set 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402008000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 nov. 2010, 00h e 20min.
- GARCIA, R. V.; CASAGRANDE, E. E. Dívida pública, déficit público e arrecadações no Brasil: uma análise da tensão institucional (1995-2007). **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 27, n. 51, p.273-294, março de 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/9711/5891>>. Acesso em: 25 nov. 2010, 00h e 26min.
- GIAMBIAGI, F. ALEM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- IUDÍCIBUS, S. de; POHLMANN, M. C. **Tributação e Política Tributária: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2006.
- KRUGMAN, P. **Vendendo Prosperidade: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SANTOS, C. A. S. dos; SOUZA, M. C. S. de; TANNURI-PIANTO, M. E. Imposto de Importação e Evasão Fiscal: Uma Investigação do Caso Brasileiro **Revista Brasileira de Economia** Rio de Janeiro v. 62 n. 1 / p. 77–93 Jan-Mar 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402008000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 nov. 2010, 00h e 31min.
- SIQUEIRA, M. L.; RAMOS, F. S. A Economia da Sonegação: teorias e evidências empíricas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, set-dez, p. 555-581, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482005000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 nov. 2010, 00h e 32min.

RESUMO (250-500 palavras)

A discussão relativa à política fiscal com destaque para a questão tributária, matéria deste artigo, tem papel relevante na condução econômica brasileira por ser um dos métodos existentes de intervenção do Estado na economia. Além disso, o assunto possui grande repercussão no cenário brasileiro atual devido, inclusive, a críticas ao sistema tributário vigente. O objetivo desse estudo diz respeito à análise do aspecto tributário e sua problemática dentro da política fiscal. A metodologia empregada tem base em estudo empírico preliminar de séries históricas – retiradas de sites de institutos de pesquisa reconhecidos - relativas à tributação, bem como em seleção de pareceres e pensamentos presentes na literatura econômica. O horizonte de pesquisa concentra-se nos anos de 1997 a meados de 2010. Percebe-se que os autores diferem de opinião em relação ao problema maior da questão tributária brasileira. Alguns culpam o excesso de tributos, outros apontam como dificuldade a falta de fiscalização na arrecadação; e outros ainda consideram a quantidade de tributos um empecilho. Há ainda os que não elegem um problema, mas sim, elencam as possíveis causas das distorções existentes. Os resultados empíricos obtidos revelam que a carga tributária brasileira cresce com maior ímpeto que o crescimento da renda dos trabalhadores. Por outro lado, visualizam-se melhoras, nos últimos dois anos, na defasagem existente entre os crescimentos da renda e da tributação no país. Outro fator analisado foi a composição da arrecadação federal, percebendo-se que suas duas principais fontes de recursos são, historicamente, a COFINS (Contribuição para o Finsocial) e o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica).

PALAVRAS-CHAVE: política fiscal, tributação, carga tributária.